

Ensino de Literatura e Vestibular*

Alice VIEIRA**

RESUMO: *Este texto a partir de uma visão diacrônica da política que rege os exames vestibulares, apresenta uma análise das questões de literatura elaboradas pela FUVEST, em um período de oito anos, examinando a natureza do conhecimento literário avaliado e suas implicações no ensino de 2º Grau. Por último, discute as expectativas dos alunos e de seus professores em relação ao vestibular, mostrando o quanto tais expectativas estão destinadas ao fracasso por junções políticas e sociais.*

PALAVRAS CHAVE: *Vestibular. Ensino de Literatura. FUVEST. Escola de 2º Grau. Formação de Leitores.*

Em nossa sociedade, a obtenção de um diploma de curso superior constitui a meta de todos os jovens que conseguem ingressar no 2º Grau. No entanto, a realização desse desejo não depende apenas de boa vontade e esforços individuais. O processo de seleção não se inicia no Vestibular, mas antes mesmo da 1ª série do 1º Grau e desenvolve-se durante a escolaridade, acentuando diferenças sociais, econômicas e culturais.

Este artigo, elaborado com elementos extraídos do trabalho *Análise de uma Realidade Escolar: o Ensino de Literatura no 2º Grau, Hoje*, tem como objetivo, a partir de uma visão diacrônica da política que rege os exames vestibulares, desde a sua instituição, focalizar um aspecto dessa realidade, usando como recurso a análise das questões de literatura formuladas pela FUVEST, num período de oito anos.

Serão abordadas, em seguida, as relações existentes entre os conteúdos de literatura desenvolvidos nas escolas de 2º Grau e os avaliados pela FUVEST, indicando-se pontos de convergência que possibilitem observar influências recíprocas.

* Trabalho extraído da Tese de doutorado, defendida na Faculdade de Educação da USP e publicada pela E.P.U. sob o título: *O prazer do texto: Perspectivas para o ensino de Literatura*. São Paulo, 1989

** Professora Doutora do Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Nesse contexto, levantar-se-ão também as expectativas dos jovens e de seus professores em relação ao vestibular, destacando-se o quanto tais expectativas estão destinadas ao fracasso, por injunções sociais e políticas.

Breve retrospectiva

Ao longo da história, a escola secundária brasileira tem assumido o papel de preparar candidatos para o ensino superior, enquanto a Universidade assume, em princípio, o compromisso de receber os candidatos formados pelo 2º grau, aceitando como válidos e suficientes os conteúdos aí estudados; estabelece-se, assim, uma relação de influência e dependência mútuas, de tal modo que não é possível analisar um em separado do outro.

Tal relação, evidentemente, não permanece estática e imutável, sofrendo alterações que propiciam a expansão ou contenção do acesso dos jovens ao terceiro grau, de acordo com fatores sociais, econômicos e políticos.

Um rastreamento, ainda que rápido, desse percurso permite acompanhar sua trajetória, apontando alguns momentos de maior ou menor aproximação entre as duas Instituições.

Nos tempos do Império, apenas o Colégio Pedro II podia preparar "*bacharéis em letras*" que cursariam as Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, no Brasil ou no Exterior.

Com a Proclamação da República, trazendo em seu bojo a defesa de ideais de igualdade, outros colégios passaram a exercer esse direito, o que acarretou o aumento do número de alunos capacitados a frequentarem cursos superiores. A fim de se conter o afluxo de candidatos, instituíram-se, em 1912, os exames vestibulares. Na ocasião, os argumentos para justificar a medida diziam respeito à necessidade de se recompor a qualidade do ensino superior, pela exclusão dos que não estavam habilitados, por não disporem de conhecimentos prévios básicos. Pensava-se, também, na necessidade de preservar o ensino superior para a elite social e econômica.

Ao lado dessa medida, progressivamente, foram surgindo outras que dificultavam o acesso ao ensino superior, marcando nitidamente a separação entre os procedentes de cursos acadêmicos e de cursos profissionais. Desse modo, até a década de 60, somente alunos egressos dos cursos colegiais (clássico e científico) podiam prestar exames vestibulares, indistintamente. Os provenientes das escolas normais ou técnicas deveriam submeter-se a "*exames complementares*" para provar conhecimentos equivalentes a de seus colegas.

A partir da Lei 4024/61 artigo 61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abrem-se as portas das universidades a alunos formados por qualquer escola do curso médio, contribuindo para nova expansão da demanda. Mecanismos são, então, desencadeados para conter a procura de vagas em cursos superiores. Entre eles, passa-se a exigir uma nota mínima nas diversas disciplinas, criando-se, assim, um verdadeiro exame de Habilitação¹. Fato que provoca, concomitantemente, o aparecimento dos excedentes nas carreiras de maior prestígio e de vagas ociosas nas de menor.

No fim da década de 60, reinicia-se uma política de abertura, motivada não só por razões econômicas, mas também sociais. Entre as quais, destacam-se a expansão do monopólio dos grandes grupos que dificultam a existência de pequenas e médias empresas, próprias da classe média; e a ampliação, nos grandes centros, de cargos administrativos e burocráticos, que exigiam para seu preenchimento indivíduos com cursos universitários.

Esses dois fatores, entre outros, contribuíram para que a obtenção de diplomas superiores fosse um dos objetivos da classe média que procurava, desse modo, garantir sua ascensão social. Após os movimentos reivindicatórios estudantis de 68, ampliam-se as vagas nas universidades, afrouxam-se os critérios para a autorização e reconhecimento de escolas superiores particulares e unificam-se os exames vestibulares.

Esse tipo de exame solucionava, ao mesmo tempo, duas dificuldades: aumentava o número de matrículas e evitava as vagas ociosas. Os vestibulares unificados por região e tipo de curso, 1971, exigiam dos candidatos os mesmos conteúdos do núcleo comum obrigatório, colocando, desse modo, em segundo plano o caráter de habilitação, e passando a valorizar o caráter classificatório. Em tal contexto, as provas de múltipla escolha pareciam ser a resposta mais adequada à necessidade de padronização das provas.

No final da década de 70, a saturação do mercado de trabalho de profissionais com nível superior, bem como de diplomados pouco competentes provoca novo processo de fechamento de cursos superiores, e paralelamente torna-se obrigatória prova de redação, em 1977.

A estrutura dos exames vestibulares transforma-se. Criam-se no Estado de São Paulo, fundações como a FUVEST, 1977, e a VUNESP, 1979, que passam a organizar as provas para as Unidades da USP, UNESP e UNICAMP. Privilegia-se o caráter de habilitação, numa primeira fase, momento em que o candidato deve comprovar um mínimo de conhecimento em

1 Luis Antonio Cunha em seu artigo Vestibular: "A Volta de Pêndulo" In: *Im Aberto*. Brasília, Ano 1, nº 3 - fev. de 1982, apresenta um estudo sobre o movimento de abertura e fechamento da Universidade, de acordo com o momento político.

nível de 2º Grau, bem como de aptidão para prosseguir os estudos em curso superior. Na segunda fase, prevalece o caráter classificatório, para aqueles considerados habilitados.

Atualmente persiste a tendência de fechamento, aumentando-se o grau de exigência na seleção de candidatos, seja pela introdução da nota mínima, em algumas disciplinas, seja pela ênfase dada às questões discursivas. Paralelamente, Universidades com a UNICAMP passam a organizar suas provas, buscando autonomia em relação às Fundações e estabelecendo seus critérios de escolha.

Nessas circunstâncias, a escola de 2º Grau procura adaptar-se às mudanças que ocorrem nos exames vestibulares, tanto na organização de cursos quanto na introdução dos conteúdos avaliados. Ao mesmo tempo em que as transformações por que passa, provocam alterações no processo de abertura e fechamento do terceiro grau.

A Literatura na FUVEST

Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, abordando o ensino de literatura em escolas da rede oficial e particular no 2º Grau, estudei, especialmente, as questões de literatura elaboradas pela FUVEST, no período compreendido entre 1977 e 1984¹.

A opção por esses exames deveu-se a sua grande representatividade, na medida em que englobavam um número significativo de Unidades - todas as Unidades da USP, Faculdade Paulista de Medicina, Faculdade de Medicina da Santa Casa, e, na ocasião, a UNICAMP.

Iniciei o trabalho, procurando no Manual de Informações da FUVEST, o conteúdo programático de literatura, com a finalidade de relacioná-lo com o desenvolvido nas escolas de 2º Grau. Surpreendentemente, ao contrário do que ocorre em todas as disciplinas, inclusive em gramática normativa, ele não é apresentado. Encontra-se, somente, uma explicação a respeito dos objetivos do ensino de literatura brasileira e portuguesa no 2º Grau, observando-se que não se exigirá do candidato um conhecimento calcado na memorização de fatos, nomes e minúcias bibliográficas. Pedir-se-á, antes, uma reflexão a respeito das obras mais representativas, inseridas em seu contexto, social e cultural.

1 Na pesquisa foram enfocados três aspectos: o que deve ser ensinado em literatura, segundo a Secretaria da Educação; o que é ensinado efetivamente nas escolas de 2º Grau; o que é avaliado ao final do 2º Grau, pelos exames vestibulares. Foram entrevistados 580 alunos e 98 professores de literatura, num total de 97 escolas estaduais e particulares, abrangendo todas as Delegacias de Ensino da Capital.

Diante desse fato, procedeu-se ao levantamento dos escritores e períodos literários presentes nas questões, com o propósito de delimitar o programa solicitado, mas não explicitado. A partir da análise, verificou-se que, nos oito anos, há questões sobre o Modernismo, Romantismo e Realismo, tanto na primeira quanto na segunda fase. Entre os autores brasileiros, José de Alencar é o mais citado, vindo em seguida Gonçalves Dias, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha e Carlos Drummond de Andrade. Nas questões referentes à literatura portuguesa, destacam-se Fernando Pessoa, Camões, Garret e Antero de Quental.

Dando continuidade ao trabalho, foram examinadas todas as questões de múltipla escolha da 1ª fase, do ponto de vista dos conteúdos solicitados e da forma de sua elaboração.

A análise permitiu a classificação das questões em quatro grandes grupos:

- 1 - as que pedem a identificação do período literário;
- 2 - as que pedem a identificação do nome do escritor;
- 3 - as que pedem a identificação do nome da obra;
- 4 - as que pedem a identificação de características da obra, período literário ou escritor.

Solicitando somente a identificação do autor, do período literário, da obra ou de uma característica, as questões seguem sempre o mesmo esquema. Isto é, são elaboradas a partir de um pequeno trecho literário, resumo ou tema da obra, nome de obras do mesmo escritor, características de um período literário ou programa estético e dados bibliográficos. Vejamos três exemplos ilustrativos:

Questão 23, 1984

Participaram da primeira geração do movimento modernista português:

- a) Eugênio de Castro - Mario de Sá Carneiro - João de Deus
- b) Camilo Pessanha - Antonio Nobre - Guerra Junqueiro
- c) Antero de Quental - Fernando Pessoa - Cesário Verde
- d) Fernando Pessoa - Eugênio de Castro - Almada Negreiros
- e) Mário de Sá Carneiro - Fernando Pessoa - Almada Negreiros

Questão 59, 1983

Na Literatura Portuguesa, ao lado de Camões e de Bocage, considera-se grande sonetista:

- a) Diogo Bernardes
- b) Sá de Miranda
- c) Almeida Garret
- d) Guerra Junqueiro
- e) Antero de Quental

Questão 53, 1983

São obras do mesmo autor de Vidas Secas

- a) Jubiabá, Mar Morto
- b) Usina, Fogo Morto
- c) O Quinze, Caminho de Pedras
- d) Angústia, São Bernardo
- e) A Bagaceira, Coiteiros

As questões restringem-se à mera identificação ou reconhecimento de fatos e nomes, pedindo pouco ou nenhum esforço do candidato, em termos de raciocínio ou de reflexão. Ao contrário, pede-se, apenas, memorização.

A partir do estudo das questões da 1ª fase, pôde-se observar que, em sua maioria, elas estão muito aquém dos objetivos expressos no Manual de Informações da FUVEST, onde se lê que "*o conhecimento da literatura deverá ser também compreensão do homem e das respostas que, ao longo do tempo, foi dando às mesmas indagações.*", ou "*(...) procurando desenvolver a capacidade de reflexão e a sensibilidade.*" A reprodução de conhecimentos estanques relativos a fatos e nomes não parece ser o melhor caminho para a descoberta e percepção do homem, do mundo e da existência.

As questões analítico-expositivas da segunda fase, apresentam o mesmo conteúdo da primeira fase. Naturalmente a natureza da pergunta não permite a mera identificação da resposta correta, exigindo-se do candidato um pouco mais de esforço.

Na classificação, as questões foram separadas em três grupos:

- 1 - formuladas a partir de um pequeno trecho poético ou em prosa;
- 2 - elaboradas a partir de afirmações feitas por críticos literários a respeito de um escritor, uma obra ou um período literário;
- 3 - referentes a escritores, período literário, obras e gêneros literários, elaboradas diretamente.

Algumas vezes, as questões formuladas a partir de um pequeno trecho poderiam dispensar sua presença, pois as respostas esperadas não se relacionam

diretamente a ele. Noutras, os versos dados exercem função figurativa, para reconhecimento, servindo apenas como pretexto para que o candidato dê o nome do escritor e de outra obra, como nesta questão:

Questão 36, 1984

São Paulo! comoção de minha vida...

Galicismo a berrar nos desertos da América!

Indique:

a) o autor desses versos

b) o título de uma obra, de prosa ou poesia, do mesmo autor.

De modo geral, verificou-se que a maioria das perguntas da 2ª fase não só possibilita o reconhecimento imediato da resposta correta, mas também, assim como as da 1ª fase, remete à memorização de conteúdos informativos, sem uma preocupação evidente com raciocínios e justificativas. Veja-se a seguinte questão:

Questão 28, 1983

O autor de Lendas e Narrativas pertenceu ao movimento romântico.

a) Quem foi ele?

b) Em que época se passam as *Lendas e Narrativas*.

A análise das questões mostrou o quanto é amplo e abrangente o conteúdo solicitado, pelo número elevado de autores e livros citados. Em sua essência e extensão, pode ser comparado ao último **Roteiro de Orientação para a Cadeira de Português**, publicado em 1965, para o curso colegial, o qual apresentava extensas listas de escritores e obras consagradas pela tradição literária brasileira.

Embora a memorização seja vista por alguns autores como um fator que concorre para diminuir as diferenças entre os grupos sociais em situações de provas, convém lembrar, que, no caso específico de literatura, o reconhecimento de nomes de autores e de obras não se faz apenas a partir de exercícios de memorização, mas decorre também do contato, mesmo superficial, com as obras. Em outras palavras, jovens que, em seus lares, têm acesso a bibliotecas, habitua-se, até inconscientemente, a associar e identificar escritores e obras.

Em tal contexto, avaliações dessa natureza favorecem alunos de camadas sócio-economicamente privilegiadas que frequentaram boas escolas particulares ou cursinhos, além de possuírem "*capital cultural*", segundo a terminologia de Bourdieu e Passeron.

Mudanças à vista

Em 1986, a UNICAMP desliga-se da FUVEST e organiza suas provas, tendo como objetivo selecionar um aluno mais crítico, capaz de raciocinar, "*de estabelecer relações, de interpretar dados e fatos com desembaraço, demonstrando conhecimentos sobre o conteúdo das disciplinas de segundo grau*", segundo palavras do Coordenador da Comissão para o Vestibular, Jocimar Archangelo¹.

Na primeira fase, são eliminados os testes de múltipla escolha, substituídos por redação e questões discursivas. Tal atitude parece indicar um processo de maior seletividade e de maior fechamento da Universidade.

Em relação às questões sobre literatura, divulgou-se uma lista de livros que deveriam ser lidos pelos candidatos para a 2ª fase. As perguntas formuladas, em 1987 e 1988, demonstraram um alto grau de complexidade, exigindo dos alunos uma reflexão a respeito de leituras realizadas, não favorecendo a mera consulta a resumos ou esquemas.

Seguindo a mesma direção, a FUVEST, em 1988, apresentou modificações, publicando uma relação de obras literárias, que peca pelo exagero, sobretudo no que diz respeito aos textos poéticos. Em sua lista, incluem-se a **Lírica**, de Camões, **Nova Reunião**, de Carlos Drummond de Andrade, **Estrela de Vida Inteira**, de Manuel Bandeira, **Os Sonetos**, de Bocage e **Clepsidra** de Camilo Pessanha.

Talvez em decorrência da amplitude da lista, as perguntas, de modo geral, foram superficiais, distanciando-se, nesse aspecto, das apresentadas pela UNICAMP.

Por outro lado, a Proposta Curricular de Língua Portuguesa, 2º Grau, dá ênfase à formação de leitores, sugerindo, também, a leitura de autores brasileiros e de língua portuguesa, redimensionando o ensino de História da Literatura, na medida em que o vincula ao estudo de textos.

Contudo, na prática pedagógica, esse enfoque, até recentemente, poucas vezes era observado. Entre preparar os alunos para o vestibular e seguir as orientações da Proposta Curricular, o professor, compreensivelmente, prefere a primeira alternativa.

Comumente, nas escolas de 2º Grau, verifica-se uma preocupação excessiva com o ensino de História da Literatura, desenvolvido de forma mecanicista, em exaustivas relações de nomes, datas e fatos. Ensino que correspondia às solicitações da FUVEST e de outros vestibulares.

1 O Estado de São Paulo - Suplemento Vestibular 90, São Paulo, 1989, p.6.

No momento, em decorrência das alterações introduzidas nos exames da FUVEST e UNICAMP, há indícios de que essa situação passe por transformações. O trabalho com literatura amplia-se, com a inclusão de leitura das obras indicadas, ou, na pior das hipóteses, com a consulta a seus resumos.

Naturalmente, tais modificações não podem ser creditadas a ações isoladas dos docentes. Elas se inscrevem em um contexto social bem definido, no qual a posse de diplomas superiores significa, ainda que ilusoriamente, possibilidade de ascensão.

Na pesquisa por mim realizada, 98,2% dos alunos entrevistados pretendiam seguir um curso universitário, enquanto 83,4% dos professores preocupavam-se com os vestibulares e adaptavam seus cursos aos conteúdos neles solicitados. Esses números refletem o grau de expectativa criada em relação ao vestibular, o qual constitui o principal objetivo do ensino de 2º Grau.

Nesse sentido, desenvolvem-se inúmeros recursos visando-se preparar o aluno para o exame, não se levando em conta sua formação para estudar em uma universidade ou para desempenhar funções que prescindam de cursos superiores.

Por outro lado, considera-se apenas o aspecto pedagógico responsável pelo sucesso ou fracasso dos candidatos, esquecendo-se de que a questão do vestibular está mais ligada ao político e social do que propriamente ao pedagógico. Pois, em nosso país, "25% das crianças brasileiras sequer têm acesso à escola, das que têm acesso, perto de 50% não passam do 1º ano do 1º grau. A conclusão do 1º grau não atinge 15%; terminam o 2º grau cerca de 10% e entre 5 a 6% adquirem os pré-requisitos para candidatar-se ao vestibular¹.

Diante desse quadro, evidencia-se a descaracterização por que passa a escola de 2º Grau. Voltada para os 6% que terão condições de prestar um vestibular, nega aos outros 94% a oportunidade de uma formação mais sólida e adequada. A sua dupla natureza: terminalidade e continuidade, poucas vezes é lembrada. Todos os esforços se voltam para o segundo aspecto, não se considerando a maioria absoluta que não continuará seus estudos.

No caso específico do ensino de literatura (ressalvando-se as mudanças ora em andamento), a prática pedagógica tem dado pouca importância a dois objetivos fundamentais: a formação de leitores, e a descoberta da literatura, enquanto forma de conhecimento do homem e do mundo, bem como de realização estética. Objetivos que se alcançados concorreriam para a for-

1 RIBEIRO, Sérgio Costa. "O Vestibular". in: Em Aberto. Brasília, Ano 1, nº 3, fev. de 1982, p.3

mação cultural e intelectual dos adolescentes, independente de eles prestarem ou não um vestibular.

Ainda que caiba à escola parte da responsabilidade na preparação de jovens para o ensino superior, somente mudanças estruturais podem reverter a situação, propiciando maiores e melhores oportunidades de vida, de educação, de trabalho para a juventude brasileira.

Referências bibliográficas

- ARCHANGELO, Jocimar. **O Estado de São Paulo - Suplemento Vestibular 90**, São Paulo, 12 out 1989, p. 6.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. **La Réproduction**. Paris. Ed de Minuit, 1970.
- CUNHA, Luis Antonio. A Volta do Pêndulo **Em Aberto**. Brasília, v.1, n. 3, p. 7-16, fev. 1982.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. O Vestibular **Em Aberto**, Brasília, v.1 n. 3, p. 1-6, fev 1982.
- VIEIRA, Alice. **Análise de uma realidade escolar: o ensino de literatura no 2º grau, hoje** (Tese de Doutorado) FEUSP, 1988
- VIEIRA, Alice. **O Prazer do Texto: Perspectivas para o Ensino de Literatura**. São Paulo, E.P.U., 1989
- São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposição curricular de língua portuguesa, 2º grau**. São Paulo, SE/CENP, 1980.
- São Paulo (Estado) Diário Oficial. Roteiros de orientação para a Cadeira de Português. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, ano LXXV, n. 5, 9 jan 1965.
- Fundação Universitária para o Vestibular. **Manual de Informações**. São Paulo, FUVEST, 1982.

SUMMARY: *This text is a diacronic point of view of the "Vestibular" examinations policy. It presents an analysis of the literature questions of the "FUVEST" during an eight year period, evaluating the kind of knowledge requested and its implications in the secondary school. Finally, the text discusses about the expectation of the students and their teachers about "vestibular", showing how much this expectation fails because of political and social injunctions.*

KEYWORDS: *Vestibular, Examinations Policy, Teaching Literature, FUVEST, Secondary Schools.*